

Reformulando práticas e conceitos na Terceira Idade: uma experiência da U3I/UFMT

*Reformulating concepts and practices in the Third
Age: an experience of U3A/UFMT*

Adriano da Silva Rozendo
Suzana Rozendo Bortoli
Juliana Cristina Donadone

RESUMO: As Universidades da Terceira Idade (U3I) constituem uma política de atenção ao idoso que se espalhou globalmente. Hoje, os idosos atingem 60 anos de idade com plena saúde e melhores condições biopsicossociais. O novo perfil de idoso exige mudanças nas políticas de atenção das U3I, que deverão considerar seus beneficiários como potenciais acadêmicos e não meros convidados informais que circulam pelo espaço universitário.

Palavras-chave: Terceira idade; Universidade; Envelhecimento.

ABSTRACT: *The Universities of the third age (U3A) constitute a policy of attention towards senior citizens which is spread globally. Nowadays, seniors reach 60 years of age in good health, and better bio-psychosocial conditions of ageing. The new profile of elderly requires changes U3I's models that should consider seniors as potential scholars and not just a mere informal guests, moving through the universities' space.*

Keywords: *Third Age; University; Aging.*

Introdução

São bastante comuns as discussões sobre o aumento da população idosa em todo o mundo. A ampliação da cobertura previdenciária, o maior acesso aos serviços de saúde e o crescimento da tecnologia na área da saúde são alguns dos fatores que, conjuntamente, fazem a população idosa brasileira viver mais e melhor (Rosa, & Brêtas, 2011). Assim, diversas áreas do conhecimento se engajam na produção de saberes especializados voltados à velhice e passam a impulsionar a expansão da gerontologia e da geriatria como especialidades legítimas de produção de conhecimentos sobre a velhice.

Junto com os saberes especializados vêm as políticas especializadas, que passaram a marcar presença no cenário nacional na década de (19)80, quando houve um grande salto na expectativa de vida do brasileiro, que chegou a 63 anos (IBGE, 2009). Mas as políticas de atenção ao envelhecimento passaram a se espalhar mais efetivamente pelo país na década de (19)90, especialmente após a promulgação da Lei n.º 8.842, a “Política Nacional do Idoso” (Brasil, 1994). Como bem retrata o nome que rotula a referida lei, o país passou a idealizar, a partir deste período, uma política em âmbito nacional voltada especialmente para a pessoa idosa.

Em conjunto com interesses e estratégias de mercado e ciência, as políticas públicas e as leis de garantias de direitos iriam gerenciar uma nova forma de experiência na velhice, conhecida globalmente como a ‘terceira idade’ (Haddad, 1986; Katz, 1996; Debert, 1999; Correa, 2009). Esse novo modelo de envelhecimento impulsionou mudanças radicais no estilo de vida e no perfil do idoso que envelhece no Brasil nas duas últimas décadas. Rejuvenescido, saudável, disciplinado, ativo e jovial, esses são alguns adjetivos que podem qualificar o cidadão idoso no Brasil contemporâneo. Além de agregar tais qualidades, a terceira idade rumo para uma vida cada vez mais extensa, conforme apontam os saltos no aumento da expectativa de vida do brasileiro, que atualmente já ultrapassa 73 anos de idade (IBGE, 2010).

Ao mesmo tempo em que cresce a expectativa de vida e o percentual de população idosa, diminui a natalidade e o percentual de população jovem, devido a fatores como a crise da família e o maior engajamento das mulheres no mundo do trabalho. Assim, dizem as previsões que, em algumas décadas, o percentual de população idosa e aposentada será maior que o de população ativa no trabalho, o que

poderia levar o sistema público de aposentadorias à falência. A biopolítica¹ que estica a vida para fronteiras nunca antes imaginadas não fez previsões sobre possíveis rearranjos sociais e econômicos que buscassem a sustentabilidade de um país de maioria idosa.

Por enquanto, o país ainda conserva seu perfil populacional jovial, mas verdadeiras projeções Malthusianas estão sendo feitas para um futuro senil. Estimativas do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), por exemplo, indicam que a proporção de pessoas com 60 anos ou mais deve duplicar até 2050, chegando a dois bilhões em 2050, quantidade maior que a população com menos de 15 anos. Já o número de pessoas acima dos 80 anos atingirá a marca dos 400 milhões. Ainda de acordo com o UNFPA, nessa mesma década, 80% das pessoas mais velhas do mundo viverão em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Diante desses dados, o governo passa a investir mais no ensino superior e na qualificação de mão de obra, galgando um espaço na produção e no mercado das ‘tecnologias’, o que seria uma possibilidade de sustentação na esfera econômica. Por outro, assiste-se ao massacre dos sistemas públicos de aposentadoria, seja dos benefícios providos à população em geral por meio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), seja nos regimes jurídicos especiais do funcionalismo público.

Em algumas cidades cuja população idosa já ultrapassa a de 0 a 14 anos, é possível visualizar que a falta de planejamento social e econômico para atender uma população envelhecida leva a um estado de verdadeira desordem, caos e, até mesmo, de violação de direitos humanos (Rozendo, 2009). A falta de políticas públicas adequadas que busquem atender a demanda da população idosa, assim como a ausência de medidas que visem a inserir o idoso como um cidadão comum na sociedade são as principais barreiras enfrentadas pelo país, na atualidade, no quesito ‘envelhecimento populacional’.

É possível visualizar um cenário de preocupação internacional com o envelhecimento e medidas que buscam colocar a questão em evidência. Conferências internacionais, associações, ONGs e outras formas de organizações vão se erigindo internacionalmente. No Brasil, é possível visualizar a formação de organizações, sociedades e de um conjunto de leis que garantem ao idoso o *status* de um grupo

¹ Políticas que agregam tecnologias de Estado, mercado e ciência na gestão de populações estratificadas por características do corpo (cor, idade, gênero etc.), ou políticas de ‘fazer viver’. Sobre o assunto consultar: Foucault, M. (2005). *Em defesa da Sociedade*. São Paulo (SP): Martins Fontes.

específico na área dos direitos humanos. Contudo, para além dos discursos acadêmicos e legais, falta muito para que o país ofereça um Estado de bem-estar ao cidadão que envelhece, principalmente em situação de vulnerabilidade.

Políticas e questões essenciais não são colocadas em pauta pela academia e pelo governo. O ageísmo², por exemplo, ainda não se converteu em temas de campanha, nem formou grupos que ‘lutassem pela causa’, apesar do fenômeno existir e ser reconhecido por lei (Brasil, 2003). Mesmo assim, o termo é desconhecido pela população comum e até mesmo nos círculos acadêmicos. A falta de preocupação com o ageísmo/idadismo³ (Sousa, Lodovici, Silveira, & Arantes, 2014) é um importante exemplo de como o Brasil não planeja adequadamente como se portar como um país envelhecido. Na Europa e na América do Norte, o tema já vem sendo debatido há quatro décadas e, mesmo diante de discussões exaustivas, o fenômeno marca sua presença no hemisfério norte.

Dessa forma, o Brasil ‘sobe um degrau’ no desenvolvimento, proporcionando melhores condições para o envelhecimento populacional e aumento na expectativa de vida, ao passo que fica estagnado na sua maturidade política nos quesitos ‘sustentabilidade’ e ‘gestão do envelhecimento’.

É justamente por meio das políticas públicas que o país pode ‘driblar’ as dificuldades inerentes ao envelhecimento populacional. Mas o fato é que, mesmo tendo dado um importante passo nas últimas décadas na implantação de políticas especializadas que se convertem em longevidade, o país ainda não implantou, efetivamente, uma política nacional voltada ao idoso, tal como prevê a lei (Brasil 1994; 1996; 2003). Assim como o termo ‘ageísmo’, os termos ‘centro-dia’ e ‘residência assistida’ são desconhecidos pela população, nos círculos políticos e acadêmicos. Trata-se de políticas públicas especializadas já previstas e regularizadas por lei, mas que não foram implantadas no país. A falta de maturidade política fica evidente no conflito entre os direitos da pessoa idosa, previstos em leis, e a violação dos mesmos direitos por parte do Estado. O Estado imputa responsabilidades à família e à sociedade em geral, mas não cumpre a parte que lhe cabe quando o tema em pauta são os direitos da pessoa idosa.

² Para Ana Maria Goldani (2010), o ageísmo difere da discriminação por idade. Enquanto o primeiro refere-se essencialmente às atitudes que os indivíduos e a sociedade têm frequentemente com os demais em função da idade, a discriminação por idade descreve a situação em que a idade é o fator decisivo. Ambos, segundo a autora, devem ser vistos como parte das múltiplas formas de discriminação sofridas pelos indivíduos.

³ Ageísmo (< ingl., Ageism; ou Idadismo ou Etarismo) é, na verdade, uma forma de preconceito social etário, “uma discriminação sem fundamento que atinge pessoas que se sentem inferiorizadas por alguma razão externa ou por algum fato histórico.” (Sousa, Lodovici, Silveira, & Arantes, 2014, p.854).

Na abertura do 20º Congresso Mundial de Gerontologia e Geriatria, em Seul, na Coreia do Sul, em junho de 2013, Ban Ki-Moon, atual secretário-geral da ONU, fez um alerta que vai ao encontro da situação brasileira: pediu mais empenho dos países em desenvolvimento no apoio às necessidades dos idosos. Nesta mesma ocasião, Ban Ki-moon também pediu que Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de Madrid fosse implementado de forma plena. Tal plano se concentra em três áreas prioritárias: pessoas idosas e desenvolvimento, promover a saúde e o bem-estar na velhice e garantir ambientes de apoio a este segmento.

A pergunta que se faz nesse momento é: quando o Brasil vai começar a investir maciçamente em políticas públicas voltadas à velhice? Daqui a algumas décadas, quando a maior parcela da população for idosa? Se for esse o planejamento, certamente o País passará por uma verdadeira desordem até que provenham as devidas condições para promoção do envelhecimento com sustentabilidade econômica e social.

É justamente na promoção de condições sustentáveis e favoráveis para o envelhecimento populacional que se foca o presente trabalho.

Universidade da Terceira Idade

As universidades da terceira idade constituem uma política de atenção ao idoso, que se espalhou globalmente, tornando-se diretamente responsáveis pela ressignificação das experiências do envelhecimento. A primeira universidade da terceira idade foi criada em 1973, em Toulouse, na França, na Universidade de Ciências Sociais, onde o Professor Pierre Vellas, da Faculdade de Direito e Economia, concebeu a ideia de oferecer um programa de atividades voltado aos idosos, com base em palestras e atividades físicas⁴. No Brasil, o trabalho educacional pioneiro com idosos, influenciado pelo modelo francês, foi feito pelo Serviço Social do Comércio – SESC (Haddad, 1986). Na universidade, no âmbito de extensão universitária, a iniciativa deu-se no início dos anos 1980, quando os recém-especialistas em gerontologia, regressos da Europa vinham atuar no país. Conforme a literatura, a primeira experiência no país data de 1982, quando foi fundado o NETI (Núcleo de Estudos da terceira Idade), na

⁴ Recuperado em 25 maio, 2014, de: <http://www.aiu3a.com/origins.html>.

Universidade Federal de Santa Catarina (Cachioni, & Neri, 2004). Apesar da existência de várias nomenclaturas, a prática começou, então, a ser difundida com o nome ‘universidade aberta à terceira idade’.

Trata-se de uma política de extensão universitária que teria grande impacto sobre o envelhecimento populacional no Brasil, ao passo que arregimentaria um grande contingente de idosos em todo o território nacional. Por ser uma ação adotada por universidades públicas e privadas, as atividades podem ser pagas ou gratuitas. O objetivo das universidades da terceira idade é ocupar o tempo e o espaço ocioso que existiam nessas instituições e na vida da população idosa.

Com o passar dos anos, tornou-se um núcleo fundamental para o desenvolvimento dos saberes e do mercado gerontológico, ao agregar alunos e professores de graduação e pós-graduação em suas atividades. Mesmo tendo cada programa a sua particularidade – com diversos focos, tais como turismo, atividades físicas, psicossocial -, todos marcam a vida dos seus frequentadores no mesmo sentido: criam um grupo de pertencimento e de convivência dentro do espaço universitário e, fora dele, influenciam em toda a conduta dos frequentadores, que aderem ao estilo de vida da terceira idade e passam a circular mais pelos espaços especializados (Rozendo, 2013). “As Universidades da Terceira Idade possibilitam olhar o idoso de perspectivas de atividades, participação, reivindicação, autodeterminação e envolvimento ativo com a vida” (Cachioni, & Neri, 2004, p.47).

Em Mato Grosso, a universidade da terceira idade foi criada em 1993, na Universidade Federal, localizada na cidade de Rondonópolis. O programa foi denominado Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade (NEATI) e já atendeu a mais de dois mil idosos desde a sua fundação. Atualmente, tem cadastrados cerca de quatrocentos frequentadores que são atendidos por uma equipe formada por profissionais qualificados, alunos e professores universitários. Historicamente, as atividades desenvolvidas pelo NEATI seguem a proposta e o cronograma projetado pelo modelo francês, oferecendo atividades tais como: palestras interdisciplinares; atividades físicas (principalmente ioga e hidroginástica); atividades artísticas (dança de salão, artesanato e oficinas de arte) e aperfeiçoamento pessoal (informática, línguas estrangeiras, cursos de profissionalizantes etc.).

No decorrer de três anos de gestão do programa, porém, observou-se que, na realidade, os idosos que frequentam o programa pertencem pouco à universidade e podem muito timidamente usufruir de suas benesses. Circulam pelo espaço da universidade diariamente, mas se diferenciam por seus uniformes que destacam que eles pertencem a outro grupo: a terceira idade. Em relação aos demais espaços universitários, tais como o restaurante universitário e a biblioteca, não podem se beneficiar destes serviços como os outros membros da instituição, pois não dispõem de um registro formal acadêmico. Percebe-se, então, que se trata de um vínculo muito supérfluo com a universidade que, sequer reconhece o idoso como um de seus membros. Em pouco tempo, o usuário pode se deparar com esta realidade se buscar se inserir nos espaços dos acadêmicos regulares, pois logo será barrado em alguns deles. Dessa forma, se por um lado a universidade passa a ser um local de referência para o idoso, por outro, representa o oposto, um espaço de não pertencimento, ou um ‘não lugar’, conforme Marc Augé (1994), em sua teoria de supermodernidade.

Abrindo as portas da universidade e concretizando desafios

Nesses mesmos três anos de gestão, a coordenação do NEATI foi procurada por alguns usuários que estavam interessados em realizar cursos de graduação na universidade. Questionamentos sobre como ingressar nos cursos e como ser aluno da UFMT passaram a fazer parte dos diálogos estabelecidos entre a gestão do Núcleo e alguns frequentadores. Evidentemente que um idoso que se sente apto a ingressar em um curso de graduação, sente-se igualmente apto para se formar em dada especialidade e atuar como profissional, posteriormente. Estas aptidões comprovam a mudança radical no perfil do idoso no Brasil, que, por sua vez, refletem o aumento da expectativa de vida e melhorias nas condições de envelhecimento populacional.

Diante da disposição dos idosos em inserir-se na universidade, o NEATI, em parceria com a prefeitura de Rondonópolis, iniciou, em 2014, uma nova atividade que visa a preparar o idoso para ingressar na Universidade como aluno regular dos cursos de graduação. Esta atividade pode ser resumida como um curso de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de obter boa pontuação no teste

adotado, atualmente, pelas universidades públicas brasileiras. As classes têm cerca de 60 alunos, com idades entre 16 até 77 anos de idade. As inscrições foram abertas a todos os interessados sem critério de idade e, aproximadamente, 25% dos frequentadores são idosos. Com a adição de diferentes gerações, com o mesmo objetivo, é possível promover relações intergeracionais, o que, talvez, se configure como o maior desafio da Gerontologia nas últimas décadas.

Em maio de 2014, o assunto despertou a atenção de uma emissora de televisão local, que contou a história de duas aposentadas frequentadoras do curso preparatório.

Na matéria, durante o dia, Maria Acácia, 77 anos, aparece disposta, tocando sanfona e fazendo crochê: *“Minha vida é muito boa, vou até os cem, eu acho”*, confidenciou ela. De segunda a sexta-feira, das 19h às 22h, a idosa se mostra concentrada nas aulas em meio aos alunos mais jovens e diz: *“Eu quero fazer de tudo para conseguir a minha Psicologia. E eu vou chegar lá! Tu vai ver ainda”*. Do mesmo modo, Lourdes Gonçalves Silva que, durante o dia se ocupa com o tear em casa, enquanto, no turno da noite, compartilha a sala de aula com a colega. Questionada sobre a realização do sonho de ingressar em uma faculdade, ela declara ao repórter: *“Quem sabe eu ainda vou chamar você para a minha formatura, hein?”*⁵

Os depoimentos das duas alunas do NEATI estão em conformidade com o que afirmam Berger e Luckmann (1995, p.157) sobre a capacidade de os indivíduos mudarem a sua própria realidade:

Sendo produtos históricos da atividade humana, todos os universos socialmente construídos modificam-se, e a transformação é realizada pelas ações concretas dos seres humanos. (...) A realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre encarnadas, isto é, indivíduos servem como definidores da realidade.

Como se vê, o objetivo de todos os alunos é o mesmo: ‘obter boa pontuação no ENEM e ingressar na universidade’. Esse mesmo objetivo une diferentes etapas da vida em um mesmo espaço, que passam a se identificar e a estabelecer vínculos de convivência. Trata-se, portanto, de uma atividade que, finalmente, consegue concretizar os dois grandes desafios propostos pela gerontologia: a criação de espaços e condições

⁵ Recuperado em 30 maio, 2014, de:
<http://globovtv.globo.com/tv-centro-america/bom-dia-mt/v/idosos-de-rondonopolis-mt-participam-de-cursinho-preparatorio-para-o-enem/3376552/>.

para a promoção do convívio geracional; e a promoção de autonomia do idoso. Esses mesmos dois objetivos tornaram-se metas a serem alcançadas pelas universidades da terceira idade e a oferta do cursinho proporciona a realização de ambas em um mesmo espaço e em uma mesma atividade. Isso, sem a necessidade de adoção de discursos filantrópicos e de caridade, que, geralmente, colocam o idoso na condição de sujeito passivo e dependente.

Incentivar o ingresso do idoso na universidade leva a diversos caminhos e cria outras soluções para grandes problemas decorrentes do envelhecimento populacional. A habilitação ou reabilitação do idoso para o mercado de trabalho pode ser uma alternativa para as projeções malthusianas que preveem o colapso econômico por excesso de idosos em médio prazo. Em um mercado de trabalho extremamente competitivo⁶, reativo e dinâmico, a cadência e as experiências de décadas de vida seria um importante dosador de males do trabalho contemporâneo, como o estresse, a hiperatividade, o *burnout* e assim por diante (Gaulejac, 2007). O próprio ageísmo passa a ser enfrentado, indiretamente, por meio de promoção de ações mais afirmativas.

Alterando metas

Enquanto se observa o aumento na expectativa de vida do brasileiro e o respectivo aumento de população idosa no país, mudanças nos modelos de políticas e serviços especializados dirigidos ao idoso não são vistas na mesma proporção. Se há trinta anos, quando estes serviços foram implantados no Brasil, o perfil do cidadão que envelhecia apontava para a perda de autonomia, debilidade, incapacidade e doença, na atualidade, o perfil do idoso indica o contrário. Então, como conciliar políticas que foram constituídas para um modelo de envelhecimento debilitado, com o perfil do idoso atual que envelhece com saúde, com autonomia e, enfim, com todas as capacidades de uma vida normal? Portanto, faz-se mister que sejam reavaliadas todas as políticas de atenção à velhice, pois elas não estão de acordo com o novo perfil de idoso que foi criado por meio delas, o que é uma contradição nevrálgica.

⁶ Sobre esse assunto, Milton Santos (2009) faz um paralelo entre a competitividade e a ausência de compaixão. O geógrafo afirma que, nos últimos cinco séculos, “a concorrência se estabelece como regra”. E complementa: “Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar.” (Santos, 2009, p.46).

Não se pretende aqui estabelecer diretrizes para gestores e profissionais, mas, sim, promover a discussão para a execução de políticas de ‘bom senso’, em detrimento das políticas orientadas por saberes especializados e desatualizados. A título de exemplo, existem grupos que envelhecem em situação de vulnerabilidade; para estes, evidentemente, as políticas terão um caráter mais assistencial. Mas para grupos que não sentem efeitos prejudiciais de envelhecimento, as políticas deveriam propor ações mais arrojadas e menos assistencialistas. Dentro do programa universidade aberta à terceira idade existirão idosos que se enquadrarão nos dois perfis. Nesse sentido, seria razoável se os programas atendessem a ambas as demandas, ofertando atividades que contemplem àqueles que vêm passando por um processo de envelhecimento bem- ou mal-sucedido. Portanto, uma programação ampla e diversificada é a mais apropriada para este tipo de programa.

O próprio Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) sugere a diversidade nas políticas de atendimento, ao se atentar para diversas garantias de direitos, que passam desde o atendimento institucional (asilar) adequado e o direito à alimentação, até o direito à cultura, ao trabalho e à própria educação. Basicamente, as políticas neoliberais já haviam garantido os direitos básicos a todos os cidadãos brasileiros há algumas décadas, mas as políticas especializadas procuram promover os direitos esquecidos, como a educação e trabalho? Este é o passo fundamental para que o país passe a prover condições mais favoráveis ao envelhecimento populacional, conciliando longevidade com sustentabilidade.

Considerações finais

O Estado e a ciência se empenham em promover a extensão da vida, e tal objetivo vem sendo alcançado com sucesso. Mas promover a longevidade por si só cria diversos problemas sociais e econômicos. Criar condições de sustentabilidade para uma população predominantemente idosa implica elaboração de uma estrutura plural, que suporte idosos produtivos e improdutivos; idosos aposentados e trabalhadores da ativa.

A revisão deve ser feita não apenas na esfera das políticas de atendimento, mas nas próprias leis de Estado que não se alinham ao perfil do idoso ativo, saudável e produtivo. A aposentadoria compulsória do funcionário público aos 70 anos de idade,

prevista pela Constituição Federal, é um exemplo claro de um mecanismo criado frente a uma realidade de envelhecimento ultrapassada e que não corresponde com a realidade do idoso hodierno. É, portanto, necessário que o envelhecimento populacional seja acompanhado de planejamentos estratégicos que visem a promover condições favoráveis para a convivência dos mais velhos na mundaneidade.

A iniciativa de um cursinho preparatório para o ENEM aberto para idosos do Núcleo de Estudos e Atividades da Terceira Idade (NEATI), da Universidade Federal de Mato Grosso, no campus Rondonópolis; e a adesão dos usuários nessa experiência, em conjunto com alunos de outras gerações, é um dos caminhos possíveis para que os mais velhos participem ativamente da sociedade e para que novos vínculos sejam desenvolvidos. Cabe à universidade criar novas estratégias para, além de ser um lugar de referência para o idoso, tornar-se um espaço de pertencimento e, efetivamente, de combate ao ageísmo.

Referências

- Augé, M. (1994). *Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo (SP): Papirus.
- Berger, P.L., & Luckmann, T. (1995) *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Brasil. Presidência da República. (1994). *Lei n.º 8.842, de 1994, Política Nacional do Idoso*. Brasília (DF).
- _____. (1996). Presidência da República. *Decreto 1.948 de 1996*. Brasília (DF).
- _____. (2003). Presidência da República. *Lei 10.741*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília (DF).
- Cachioni, M., & Neri, A. (2004) Educação e velhice bem-sucedida no contexto das universidades da terceira idade. In: Yassuda, M., & Neri, A. (Orgs.). *Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos*, 29-50. Campinas (SP): Papirus.
- Correa, M.R. (2008). *Uma Cartografia do Envelhecimento na Contemporaneidade: a velhice e a terceira idade*. (148f.) Dissertação de mestrado em Psicologia. Assis. (SP): Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP).
- Debert, G.G. (1999). *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo (SP): Edusp, Fapesp.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida do Norte (SP): Ideias e Letras.

Goldani, A.M. (2010, jul-dez.). "Ageísmo" no Brasil: O que significa ? Quem pratica? O que fazer com isto? In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, 27(2). São Paulo (SP). Recuperado em 25 maio, 2014, de:

<http://www.rebep.org.br/index.php/revista/article/view/107>

Haddad, E.G. M. (1986). *A Ideologia da Velhice*. São Paulo (SP): Cortez.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil*. Recuperado em 25 maio, 2014, de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/.

_____. *Censo demográfico: Brasil, 2010*. Rio de Janeiro (RJ): IBGE. Recuperado em 28 janeiro, 2014, de: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_top.php.

Katz, S. (1996). *Disciplining the old age: the formation of gerontological knowledge*. Virginia: Virginia University Press.

Rosa, A., & Brêtas, A.C. (2011). Envelhecimento em situação de rua: A história de Maria Rosa. In: Trench, Belkis; Rosa, Tereza Etsuko da Costa (Orgs.). *Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa*, 183-198. São Paulo (SP): Instituto de Saúde.

Rozendo, A.S. (2009). *Construção social do envelhecimento e experiências da velhice*. (113 f.). Dissertação de mestrado em Psicologia. Assis (SP): Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP).

_____. (2013). *Protagonismo político e social na velhice*. (216 f.). Tese de doutorado em Psicologia. Assis (SP): Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Santos, M. (2009). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

Sousa, A.C.S.N.de, Lodovici, F.M.M., Silveira, N.D.R., & Arantes, R.P.G. (2014). Alguns apontamentos sobre o Idadismo (Ageísmo): a posição de pessoas idosas diante desse agravo à sua subjetividade. Porto Alegre (RS): *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 19(3), 853-877. Recuperado em 04 dezembro, 2014, de: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/50435/33290>.

Sites consultados

<http://www.onu.org.br/em-2050-populacao-com-mais-de-60-anos-superara-a-com-menos-de-15/>

<http://globo.com/tv-centro-america/bom-dia-mt/v/idosos-de-rondonopolis-mt-participam-de-cursinho-preparatorio-para-o-enem/3376552/>.

Recebido em 01/06/2014

Aceito em 28/12/2014

Adriano da Silva Rozendo - Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis (UFMT/CUR). Coordenador da Universidade Aberta à Terceira Idade, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/CUR).

E-mail: rozendoadriano@aol.com

Suzana Rozendo Bortoli - Jornalista e pesquisadora. Mestre em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação/ECA/USP.

E-mail: suzanarozendo@usp.br

Juliana Cristina Donadone – Doutorado em Psicologia Clínica. Professor Adjunto I da Universidade Federal de Mato Grosso.